

O QUE OFERECEM HOJE AS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LIJ? - OS RUMOS DA PESQUISA E SEUS (DES)USOS.

Eliana Yunes
PUC-Rio

O interesse acadêmico pela literatura infantil teve índices de mudança acentuados no final da última década. No fim dos anos 70 e início dos 80, motivados pelo mercado que pressionava com uma produção nova e maciça de títulos em LIJ, os professores-pesquisadores esmiuçaram as relações da literatura com a escola, com a sala de aula e as práticas pedagógicas e metodológicas usadas no ensino da literatura para crianças¹. Pontuaram-se os problemas da avaliação, das concepções sobre o papel da literatura na educação e aos poucos a tarefa foi trocada por uma reflexão mais ampla sobre a leitura, suas teorias e práticas, dentro e fora da escola².

Rompendo fronteiras que estigmatizavam o gênero(?), as pesquisas aprofundaram enfoques que, a partir da relação da literatura com o leitor, puderam contribuir para um deslocamento da questão tópica original e trabalhar toda a problemática do tema à luz de uma nova convivência do leitor com a ficção.

O fascínio pela narrativa expandiu-se de tal forma que a própria produção interessada no tratamento de “temas atuais”, informativos, recorreu a encomendas com a apropriação dos recursos antes tidos como essencialmente literários e estéticos.

O uso teleológico da LIJ pelo sistema editorial pedagógico – ofereceu conteúdos sob a capa de literatura – foi denunciado em seu maniqueísmo e moralismo e a escola, alertada contra os pedagogismos, pela crítica³. Por outro lado, os leitores iniciantes dos 70 apareceram como autores nos 90 e a produção tomou rumos originais de releituras e intertextualidades, de forma muito semelhante às obras não-infantis⁴.

O foco da pesquisa acadêmica distribuiu-se em áreas que não se ocupavam especificamente do estudo literário e tornou-se freqüente ver em mestrados de educação, arte, psicologia e comunicação, dissertações ocupadas com o material que passou a rarear nos mestrados de Letras. Diga-se de passagem que a qualificação da produção brasileira, agora já com dois prêmios Hans Christian Andersen⁵ não mobilizou tanto os departamentos de Letras no Brasil como o Prêmio Nobel oferecido a José Saramago.

Curiosamente, um exame contrastivo das teses elaboradas nos últimos anos parece indicar um interesse maior em tratar do discurso, da linguagem, do caráter estético e dos enlaces sociais da LIJ, que da investigação de sua relação com os leitores.

Uma amostragem pequena das sinopses e resumos das dissertações defendidas⁶ mostra o desejo de dar um tratamento à literatura infantil, de idênticas bases teórico-metodológicas usadas para a literatura não-infantil – luta surda de combate ao preconceito quanto a “memoridade” desta produção – e coloca os professores de ensino fundamental na necessidade de trabalharem muito se quiserem ler e construir conhecimentos a partir daqueles estudos.

Além destas teses não encontrarem escoamento por parte das próprias editoras que publicam as obras estudadas, o tratamento de bom nível em grande parte das pesquisas – que elevaria também o nível de leitura do professorado, tornando-os mais argutos na interação com os textos literários – não está ao alcance dos profissionais educadores, pelo baixo empenho dos cursos superiores de formação de professores em fomentar cursos de especialização em LIJ efetivamente qualificados. Os rarefeitos intentos de mantê-los em universidades públicas quando não esbarram nas burocracias que impedem a

interdepartamentalização necessária ao programa, são tratados com pouca estima e esmero pelos próprios docentes que “colaboram” com o curso, muito desprestigiado.

Para que a literatura pudesse de fato contribuir para uma mudança qualitativa na educação⁷ – e de base – é condição sine qua non que os pedagogos, de modo geral, transformem-se, urgentemente, em leitores críticos e atualizados que, tendo também boa apreensão da realidade emocional e social de seus alunos (e cultural, do país), possam articular as leituras (de ficção e analíticas) com as práticas pedagógicas de leitura das obras de LIJ em sala de aula.

É deste enlace entre os “estudiosos” que poderão, mais tarde, serem retomados registros monográficos de experiências de leitura na escola , hoje rarefeitas, a não ser em artigos – receita para publicações de apoio, onde o método prevalece sobre a literatura e o “ensino” sobre a experiência. E neste caso se alteraria bastante o diálogo entre pesquisadores de 3º grau e os novos pesquisadores de outros níveis.

Demanda-se uma mudança política na formação de professores - (as dissertações insistem nisto) – ampliação da oferta de estudos aos professores em sala de aula, qualificação das cadeiras oferecidas no âmbito do ensino da literatura, com programas que respondam às necessidades do 1º e 2º graus e uma divulgação destes estudos de pós-graduação para estimular a pesquisa entre os que trabalham diretamente com os leitores crianças e jovens. Por outro lado, os grandes congressos perderam a força para apresentar efetivas contribuições à alteração das práticas, pois elas na verdade demandam um trabalho continuado e atento de formação do sujeito crítico, entre os professores.

Talvez aí resida a importância das monografias de caráter aplicado, em cursos de especialização em LIJ, quando bem conduzidos: podem fazer a ponte entre as análises e reflexões teóricas e as vivências de formação do leitor, a partir da literatura infantil. É bom lembrar que escrevendo para crianças a maior contribuição de Monteiro Lobato talvez tenha sido uma prática viva e renovada de pedagogia através da literatura.

NOTAS:

- 1 – Pesquisadores importantes estenderam sua bibliografia no período: Mariza Lajolo, Vera Aguiar, Ezequiel Theodoro da Silva, Regina Zilbermann, Ligia Cadermatori, Nelly Novaes Coelho, Edmir Perrotti, Francisca Nóbrega, Sonia Salomão, Glória Pondé, entre outros.
- 2 – A vertente da pesquisa em leitura alargou-se dando passo a questões que não se restringiam ao público infantil. Grupos de trabalho apareceram em universidades fora dos grandes centros, deixando também de restringirem-se a Letras. A discussão sobre Políticas de Leitura ganhou fôlego com o Proler, da FBN. Publicações da Casa da Leitura/RJ e da ALB deram ênfase ao enfoque social da leitura, de caráter extra-escolar. O Proler procurou, efetivamente, até 1996, ressignificar na teoria e na prática, a leitura e com ela a educação como um todo, a partir da literatura e da cultura.
- 3 – Diversos ensaios, resultantes ou não de teses e dissertações assumiram o problema do pedagogismo ou do utilitarismo na LIJ, apontando mesmo em autores já consagrados, os problemas oriundos do desnível etário-cultural entre autor-leitor. A questão melhor posta resultaria na admissão de que a arte e a cultura ensinam sim, mas de forma diversa e muito mais libertadora – o que depende em literatura da autonomia da linguagem, insubmissa a prestação de serviços para causas (nobres ou não) datadas ou circunstanciais.

- 4 – A relação de jovens escritores premiados nos anos 90, sobretudo pela FNLIJ, evidencia sua formação de leitores nas duas décadas anteriores: Ana Claudia Ramos, Leo Cunha, Luciana Sandroni, Lucia Fidalgo, Celso Sisto, entre muitos outros.
- 5 – Lygia Bojunga Nunes em 1982 e Ana Maria Machado em 2000 consagram a linhagem lobatiana da Literatura Infantil Brasileira aos olhos de leitores atentos de todo o mundo, reunidos em torno do IBBY.
- 6 – Uma visita aos bancos de teses e dissertações recentes dos departamentos de Letras, Educação, Artes, Psicologia, Design e Comunicação da PUC-Rio, PUC-RS, UFES, UFC USP, UFMG, UNICAMP, UFPE, UFPB entre outras, dão a ver um perfil cada vez mais sofisticado no tratamento de temas da literatura infantil.
- 7 – A questão crítica da vida social brasileira continua sendo a educação: sem ela não há saúde ou meio ambiente que resistam! Mas a matéria prima da educação é a cultura viva, contemporânea ou não, atualizada, no entanto, com a vida cotidiana do aprendiz e suas histórias. Só uma perspectiva transdisciplinar, de que literatura é o melhor exemplo, pode renovar os métodos e os conteúdos, cada vez mais alienados da perspectiva histórico-social dos sujeitos, no sistema educacional.

